

AVANÇAR NA LUTA E NA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Nenhum direito a menos!

São os ricos que devem pagar a conta da crise!

A situação nacional segue marcada pelo aprofundamento das crises econômica e política e fragilização do governo Dilma. Todos os indicadores econômicos apontam para um quadro de recessão econômica em 2015 e 2016. O impacto no emprego dos trabalhadores, em particular na indústria, é cada vez maior.

Aos ataques patronais se soma a aplicação de um duríssimo ajuste nas contas públicas dos governos, cortes nos orçamentos das áreas sociais, parcelamento e atrasos nos pagamentos de salários dos servidores, suspensão de contratações e ameaças de demissões de servidores estáveis, tendo por base a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sobre a natureza dos Governos Lula-Dilma!

No 13º ano do Governo de Frente Popular (PT, PC do B) cabe aqui um debate. Apesar do apoio de milhões de trabalhadores os Governos da Frente Popular não realizaram as reformas esperadas pelo povo. Em períodos de crescimento econômico, ao invés de realizar reformas estruturais, os sucessivos governos adotaram programas sociais de natureza populista, focados em reformas que mantêm a essência das relações sociais de exploração. Nesse período de boom econômico, os banqueiros e grandes capitalistas foram os que mais se beneficiaram apesar de alguns avanços pontuais na escolarização e renda familiar. Para termos uma ideia, nesse período todos os Programas Sociais (Minha casa, minha vida, Bolsa família, entre outros) não chegaram a somar 5% do PIB enquanto cerca de 50% foi para pagar dívidas de bancos privados e empresas.

Neste segundo mandato de Dilma assistimos a crise mundial bater à nossa porta e todos esses programas de reformas pontuais ruírem!¹ O aumento da carestia é sentido pela população, em particular os mais pobres. Sobem os preços dos alimentos, das tarifas públicas, aumentam a inflação, o arrocho dos salários e o endividamento das famílias. A polarização social e a criminalização dos pobres é outro elemento da realidade, com forte repressão em várias manifestações de trabalhadores.

Não estamos ainda diante de um golpe! Trata-se de pressão da burguesia para aprofundar os ataques aos trabalhadores!

O Governo Dilma vive uma crise sem tamanho. Sua fraqueza vem, em primeiro lugar, da ruptura em massa da classe trabalhadora e dos setores mais pobres com seu governo e, principalmente, com o PT. A crise não está permitindo disfarçar a aliança que o PT fez com os capitalistas para governar.

A conjuntura está muito dinâmica e não temos dúvida de que setores viúvos da ditadura militar, fundamentalistas de várias vertentes e uma nova safra de organizações de ultradireita tem organizado manifestações e estão aí atuando no Congresso, Senado e outras instâncias. No entanto, o núcleo central da burguesia brasileira e internacional não aposta ainda no impeachment de Dilma. Já em 2004 Delfim Neto afirmava que a melhor alternativa para a burguesia brasileira era um governo que os trabalhadores “pensassem que fosse seu”.

Diante da fraqueza do governo a elite já pensa num “plano B”. Porém, as alternativas deles são uma aventura. Temer, Cunha e Renan (todos do PMDB), que estão na linha sucessória no caso de um impeachment, têm popularidade baixíssima, e também envolvidos nas denúncias. Caso assumam por uma exigência popular, podem sofrer imediatamente oposição popular ao aplicarem o primeiro ataque aos direitos. Uma eleição só para presidente não garante que Aécio Neves (PSDB) seja eleito. Mesmo que fosse, poderia nem conseguir aplicar o ajuste, pela resistência dos trabalhadores. Esse é o dilema que faz com que um governo com tão baixa popularidade ainda se mantenha.

Infelizmente, em sua essência, o governo Dilma não rompeu com a lógica capitalista e há muitos pontos de convergência entre os programas de Dilma, Temer, Cunha e Aécio. Um exemplo é a ”polêmica” entre Dilma e Lula/setores do PT sobre a troca do Ministro Levy por...Henrique Meirelles (PSDB/presidente do Banco Central sob governo de FHC)!!!!

¹ O novo pacote de Dilma contra os trabalhadores não resolve o déficit fiscal. Com a recessão, a diminuição de receita do governo atingiu R\$ 112 bilhões, fazendo com que os cortes obtidos na primeira fase do ajuste fossem insuficientes. Por isso, tem um rombo de R\$ 30 bilhões no Orçamento. Mas ninguém diz que 90% do tal deficit fiscal vem da dívida pública, que cresce com os aumentos dos juros. Só nos últimos 12 meses, a elevação dos juros causou um crescimento de R\$ 452 bilhões da dívida. Para dar essa dinheirama aos banqueiros, eles querem impor maiores e mais duros ataques aos direitos do povo.

Mas a classe trabalhadora tem força para resistir e fazer com que sejam os ricos que paguem pela crise.! É preciso suspender o pagamento da dívida aos banqueiros. Fazemos parte da construção de um terceiro campo: nem Governismo, nem Oposição de Direita!

RS: Crise e Ataque aos Trabalhador@s!!!

No Estado o governo Sartori, que se elegeu com o discurso do “novo governo” aplica o ajuste econômico com parcelamentos dos salários e projetos de Lei que visam a “Reestruturação das Finanças”.

Existiu uma forte reação da classe trabalhadora perante as primeiras medidas de ataque. Presenciamos as maiores mobilizações dos servidores públicos estaduais com passeatas gigantescas da segurança pública e a maior assembleia e greve dos educadores desde 1998 como destaques principais.

Não se trata de uma exclusividade a situação que estamos vivenciando no estado, porém desde o RS há um exemplo a ser seguido por outros governos em relação ao endurecimento das contas públicas. Estamos em um quadro de recessão que se expressa pelos dados recém divulgados em relação a indústria no RS que teve um decréscimo de 11%, maior que a média nacional, e o desemprego que segue ultrapassando a marca dos dois dígitos mês a mês.

Para além disto, o parcelamento dos salários ajudou a desnudar uma situação de muita carência nos serviços de atendimento básico, como saúde, segurança e educação, pois os repasses para estas áreas essenciais seguem com diminuição e no caso da Educação há um atraso de um trimestre no repasse das verbas para as escolas.

Toda a situação de crise do estado que coincidiu com a mobilização dos servidores também evidenciou através do aumento da violência a explosão de uma crise social sem precedentes nos últimos anos na região metropolitana de Porto Alegre. Proporcionalmente falando Porto Alegre é a cidade mais violenta do país e estamos vendo uma explosão de chacinas, guerra entre gangues, violência policial e explosão de revolta em comunidades que são parte importante do problema da crise que está aberta hoje. Toda esta situação monta um verdadeiro quadro de “caos social” e crise que gera um nível de insegurança grande na população e também nos setores de investimentos econômicos.

Porto Alegre: Terceirizações, Crise e Violência, Caos Social e Ecológico!

Outubro/2015: as enchentes são a ponta do iceberg de uma cidade desestruturada, aonde a combinação de omissões entre os governos federal, estadual e municipal a transformou num caldo de crise e caos!

No município de Porto Alegre, bem como nos governos Estadual e Federal, o elemento “tópico de gestão” é a terceirização dos serviços de um modo geral e também a entrega de partes importantes da cidade à administração da iniciativa privada como o Cais do Porto Mauá e o projeto que prevê o cercamento da Redenção, limitando o acesso da camada mais pobre da população. As terceirizações e/ ou privatizações levam à precarização dos serviços e das condições de trabalho de trabalhadores estatutários e da iniciativa privada, sendo estas as ferramentas mais utilizadas por estes gestores nos últimos anos.

Na saúde, a privatização está presente na atenção básica através das USFs, administrada pelo IMESF. Entregar serviços básicos à iniciativa privada significa abster-se das responsabilidades quanto à efetividade e qualidade dos serviços prestados e também da observância quanto aos direitos trabalhistas dos executores destes serviços. Este é o panorama que se tem visto em Porto Alegre nas áreas da saúde, saneamento, assistência social, educação dentre outros e que se traduz em forte esquema de desmonte do serviço público e ataque aos direitos da população e servidores.

Ataques aos direitos dos trabalhadores é a palavra de ordem do governo Fortunati. Não fossem a grande mobilização e uma greve de 15 dias, nós servidores municipais teríamos sofrido uma perda salarial de 30%, em decorrência de uma ação do MP, que considerava haver efeito cascata no cálculo de nossos salários, situação que seria aproveitada pelo governo como forma de fazer caixa, melhorando suas finanças. A nossa mobilização forçou o governo a aceitar um projeto desenvolvido pelos próprios trabalhadores e que atende às reivindicações da categoria e não o projeto do governo que previa perdas futuras em nossos vencimentos. A violência neste último ano tem aumentado de forma vertiginosa e está afetando áreas como saúde e educação. Nas escolas, um programa de “ronda” e não da presença permanente da guarda municipal,

torna os trabalhadores vulneráveis à violência, tanto de gangues quanto de alunos e seus familiares. Nas unidades básicas de saúde as situações de violência sofridas pelos trabalhadores são recorrentes e pelas mais diversas motivações. Na saúde, em alguns locais, os profissionais de segurança foram substituídos por porteiros e segurança terceirizada, enfrentando a violência oriunda das disputas entre gangues.

O governo municipal, seguindo a linha de outros municípios e estados que atacam os direitos dos trabalhadores, em agosto último demitiu e puniu cobradores e motoristas, lideranças dos trabalhadores da empresa Carris, que participaram de paralisação ocorrida em virtude dos frequentes assaltos aos coletivos e por estar ocorrendo, naquele momento, o aquartelamento da polícia, o que os tornaria ainda mais vulneráveis aos assaltos. Esta atitude do governo deixa evidente sua intenção em criminalizar a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e segurança e, desta forma, barrar quaisquer mobilizações futuras por parte daquela categoria.

Junto a tudo isso, temos ainda o favorecimento da prefeitura aos empresários do transporte coletivo no que se refere à licitação, processo ainda obscuro, pois não é previsto a participação de empresas de fora do município. A cidade está entregue às empresas por zonas, ou seja, cada empresa é dona de uma zona da cidade e não é permitido a promoção de concorrência, tornando a população refém do valor exorbitante da tarifa, do sucateamento da frota e do serviço.

BALANÇO DATA- BASE 2015

Efeito cascata: vitória incontestável de nossa mobilização apesar das manobras do Governo!

Nessa data base temos uma peculiaridade. Ela inicia em agosto de 2014 com o julgamento da ação do efeito cascata contra nós. A partir daquele momento SIMPA, ATEMPA e ASSMS intensificaram a luta contra a desinformação promovida pelo governo. Não bastasse a possibilidade de perda de até 30% do salário, enfrentávamos propagandas enganosas para desmobilizar a categoria.

Particularmente na SMED textos e até pareceres da PGM anunciavam que o magistério não seria atingido, criando confusão e relativa desmobilização. Somente quando surgiu o projeto de lei do governo modificando todos os planos de carreiras e evidenciando as perdas salariais é que conseguimos dar um salto de qualidade na mobilização.

No segundo semestre de 2014 foram organizadas assembleias, atos públicos, paralisações e às vésperas do natal estávamos acampados em frente a prefeitura. Além disso as vigílias na Câmara de vereadores buscavam evitar a votação do projeto do governo que transformava parte do nosso salário em abono e instituiu perdas futuras. Por outro lado, a prática de garantir gratificações a grupos privilegiados se manifestou no projeto de lei para os auditores fiscais da SMF. Tal projeto estabeleceu novas gratificações a um pequeno grupo, deixando de fora a maioria dos colegas da Fazenda.

Iniciamos 2015 ocupando a Câmara de vereadores em janeiro e fevereiro dando continuidade às vigílias sistemáticas para evitar a votação dos projetos. À época, pressionamos os vereadores a não votarem nenhum projeto de repercussão financeira até ser resolvido a questão do efeito cascata.

Em março assembleia geral deliberou por assembleias das secretarias para a elaboração da pauta geral e pautas específicas. Embora essas pautas apontassem para as inúmeras necessidades da categoria em sua diversidade, a preocupação com a possível perda salarial se transformou no principal elemento mobilizador que nos levou à greve. É fato que o Governo manobrou e empurrou o efeito cascata para nossa data base. No entanto, diante da conjuntura colocada, nossa mobilização garantiu uma vitória incontestável em relação ao projeto do efeito cascata.

Incontestável porque derrotamos o projeto do governo que pretendia fazer economia as nossas custas criando possibilidade de redução de salários e desmonte dos planos de carreira. Também por que o projeto aprovado foi construído pela categoria garantindo a manutenção da nossa matriz salarial no passado, no presente e no futuro. Apesar da vitória referente ao “efeito cascata”, sabemos que houve limites em relação à pauta de reajuste. Não obtivemos nossa reivindicação antiga que é aumento real de salário e que contemple as perdas salariais ao longo dos anos. No entanto, considerando a conjuntura atual, de ataques às conquistas dos trabalhadores, conseguimos uma das melhores negociações dos servidores em greve em todo o país. São Paulo, Paraná, cidades como São Leopoldo e Novo Hamburgo, tiveram greves longas, duríssimas e com resultados muito aquém do esperado. Não necessariamente por serem longas, as greves se tornam vitoriosas! A fetichização das greves longas tem sido testada negativamente pela realidade.

Greve 2015: uma grande mobilização democraticamente construída pela categoria.

As paralisações dos dias 13 e 14 de maio já demonstravam a disposição de luta da categoria. Ocupamos as ruas, fechamos o prédio da SMA e nossas canções ecoaram pelo centro da cidade. Nossa greve de 20 de maio a 03 de junho foi construída com um comando de greve aberto e marcado por intensos debates desde os locais de mobilização consolidando o SIMPA como um sindicato combativo e democrático, que consegue se alimentar permanentemente das diversidades da categoria, unindo tradição de luta e renovação. A greve consolidou formas diferenciadas de conduzir o movimento, como os grupos de ação direta, além das reuniões por região\local antes das assembleias gerais.

Como parte do processo de debates internos queremos colocar aqui nossa visão sobre burocracia sindical. Em primeiro lugar temos claro que todas as instituições da classe trabalhadora não estão imunes ao fenômeno da burocratização. Nossa corrente política compreende que também nas organizações mais combativas acontecem desvios burocráticos e temos que estar permanentemente atentos. No entanto, não achamos adequado utilizar essa categoria sociológica para fazer balanço de nosso movimento e\ou para apontar possíveis diferenças políticas.

Burocracia Sindical: Nossas Referências:

“Para os socialistas, o termo “burocracia” tem um significado completamente distinto deste que usamos no dia a dia. Como fenômeno mais geral, a burocracia é uma casta de administradores privilegiados. (...) No que diz respeito à classe trabalhadora, o termo “burocracia” significa uma casta privilegiada de líderes e dirigentes que parasitam as organizações políticas e sindicais do proletariado em seu próprio benefício. (...) O caráter burocrático de uma direção sindical não está determinado pelos percentuais de aumento salarial que ela consegue, mas pela relação que ela estabelece com o aparato do sindicato, pelos privilégios que daí retira, pela relação que tem com a base da categoria, pelo nível de democracia e participação que ela implementa em sua entidade, por sua relação com o Estado e a patronal.(...) Afastados dos trabalhadores de base pelo refluxo das lutas e sem nenhuma iniciativa para se aproximar deles novamente, muitos dirigentes acabam engolidos pela máquina sindical. Sua atividade começa a girar em torno desta própria máquina. Daí para a burocratização, é um pulinho. (...) A partir desta base material são formadas a mentalidade e a atitude de um típico burocrata: o conservadorismo, a truculência, a submissão aos patrões e ao governo e sobretudo o desprezo pelo que dizem e sentem os trabalhadores de base.(...) O burocrata já não vê o trabalhador comum como alguém igual a ele. Ao contrário, começa a se identificar muito mais com o burguês, a aproximar-se dele política e socialmente, a beber o mesmo whisky e fumar o mesmo charuto. Por isso, dizemos que a burocracia é um agente da burguesia dentro do movimento operário.(...)”

O que é burocracia? Henrique Canary www.pstu.org.br

Não vemos problema algum em apontarmos balanços diferentes sobre nosso movimento. Ao contrário, torna-se saudável ver a realidade sob diferentes óticas e só aprendemos com o contraditório. No entanto, acreditamos que os fatos apontam que, de conjunto, nosso movimento foi vitorioso em sua pauta de garantia de “nenhum direito a menos” e conduzido de uma forma democrática pelo sindicato.

Um Balanço Necessário: O debate sobre o final da Greve!

Nossa assembleia do dia 03 de junho foi marcada por intenso debate e diferenças na avaliação do movimento. Apesar de acharmos legítima a proposta de continuidade da greve, muito em função da total desconfiança em relação ao governo, acreditamos que foi acertada a proposta de sua finalização. Por que?

Em primeiro lugar, porque em toda greve, é necessário que busquemos uma solução quando estamos fortes, unidos e sem riscos de que uma parte da categoria retorne da greve. A situação concreta colocada era que se continuássemos, corríamos o risco de entrar segunda-feira com setores retornando, o governo recuando na proposta de aprovar o nosso projeto e com faltas.

Em segundo lugar, o governo aceitou o centro de nossa reivindicação, que era aprovar o nosso projeto e não o deles!

Por fim, sabemos que em toda greve é muito difícil uma unanimidade em torno do momento do seu fim. Infelizmente, a experiência nesses tempos difíceis é que muitas vezes tal unanimidade surge pela constatação de que a greve terminou antes da categoria decidí-la conscientemente, por sua derrota. No nosso caso, terminamos a nossa com divergências, mas de cabeça erguida e com vitória.

A nossa luta é todo dia contra o Racismo, o Machismo e a Homofobia! Combater todas as formas de opressão!

A opressão e a exploração andam de mãos dadas. Qualquer entidade sindical realmente comprometida com a luta deve defender tod@s os trabalhadores dos ataques da burguesia, sejam eles quais forem. Além das lutas por salários e melhores condições de trabalho, o sindicato deve atuar no combate cotidiano às diversas formas de opressão que operam como formas de dividir e desarmar a classe trabalhadora.

Entendemos que trabalhador@s que sofrem qualquer forma de discriminação precisam encontrar no seu sindicato um ponto de apoio para a luta. É na unidade entre movimentos de luta contra as opressões, sindical, estudantil e popular que vamos conquistar a verdadeira igualdade.

Filiar o SIMPA à CSP-Conlutas é uma necessidade!

Há muito tempo, principalmente a partir da Reforma da Previdência de 2003 imposta pelo Governo Lula em seu início de mandato, que a maioria das Centrais Sindicais que se identificavam com as lutas d@s trabalhador@s – principalmente a CUT e CTB – tem priorizado a defesa do Governo, mesmo que este ataque direitos trabalhistas. Diante da famigerada reforma da previdência social e do vergonhoso apoio da CUT, UNE e setores ligados hoje à CTB, vários sindicatos e organizações iniciaram um processo de reorganização independente. Assim nasceu a Conlutas, hoje CSP/Conlutas. A defesa intransigente d@s trabalhador@s, independente dos governos, autônoma e vinculada aos movimentos sociais e populares. Infelizmente poderíamos estar num patamar mais avançado das lutas, mas essas centrais sindicais que defendem o Governo Dilma acabam diminuindo o potencial de uma luta unificada contra os ataques dos governos, priorizando atos em sua defesa. Com isso escondem o fato de que os setores mais importantes do empresariado e dos bancos estão representados dentro do governo. Por isso, foi tão importante a marcha do dia 18 de setembro que reuniu mais de 15.000 lutadores em São Paulo, e o Encontro Nacional de Lutadores e Lutadoras, no dia seguinte.

PLANO DE LUTAS

- Que os trabalhadores(as) não paguem pela crise. Contra o ajuste fiscal de Dilma e Sartori;
- Pela estabilidade no emprego e redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e direitos para gerar mais empregos;
- Pelo fim do fator previdenciário e do fator 85/95. Pelo retorno da aposentadoria por tempo de trabalho/serviço. Em defesa da recomposição salarial dos aposentados ao mesmo valor em salários mínimos do tempo de sua aposentadoria;
- Por uma Petrobras 100% estatal sob controle dos trabalhadores;
- Contra a repressão à greves e mobilizações dos trabalhadores(as). Em defesa do direito de greve;
- Defesa do serviço público e do servidor(a) público! - Ingresso por concurso público. Nomeação imediata dos concursados. Fim das contratações emergenciais, uso abusivo dos estagiários, terceirizados e prestadores de serviço;
- Melhoria das condições de trabalho, com investimento em infraestrutura, segurança e capacitação profissional para garantir a prestação de serviço de qualidade à população;
- Fim das terceirizações e privatizações. Contra as PPP's (Parcerias Público Privadas).
- Mais verbas para saúde e educação. Por 10% do PIB para a educação. Verbas públicas para escolas públicas, não ao repasse de recursos públicos à fundações privadas, ONGs e creches conveniadas;

- Por uma escola pública, com professores concursados, que atenda às necessidades dos trabalhadores e garanta o acesso a todos ao conhecimento universal. Não a programas de educação focalizados;
- Defender a saúde 100% estatal, pública, gratuita e de qualidade, sob o controle dos trabalhadores. No mínimo 6% do PIB para saúde;
- Contra todas as modalidades de gestão pública que privatizam o SUS, sejam elas, ONG's, O.S., OSCIPS, Fundação Estatal de Direito Privado, "institutos" (como é o caso da saúde indígena). Pela inconstitucionalidade do IMESF, no seu caráter jurídico público-privado;
- -Pela unidade da classe trabalhadora contra a homofobia, o machismo e o racismo! Fim da opressão e da exploração;
- Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha! Mais verbas para o combate à violência! Não à descaracterização da lei;
- Por um sistema educacional público que promova a igualdade racial, de gênero e de orientação sexual.
- Combate ao assédio moral e sexual

ASSINAM ESSA TESE

Adriano Aguiar - SMED - EMEF Mário Quintana
 Alexandre Daniel Steffens Wood - SMED - EMEF N Sr do Carmo - Direção ATEMPA
 Anézia Viero - SMED - CMET Paulo Freire - Direção ATEMPA
 Barbara Cristina Farina - SMED - EMEF N Sr do Carmo
 Cátia Cristina Ramos - SMED - CMET Paulo Freire
 Davi Dietrich - SMED - EMEF Martim Aranha
 Flavio Bello - SMED - CR ATEMPA - EMEF Alberto Pasqualine
 Ilois Oliveira de Souza - SMED - aposentado
 Juliana Borges Fortes - SMED - CR ATEMPA - EMEF Alberto Pasqualine
 Juliana Mendes Bueno - SMED - EMEF Alberto Pasqualine
 Juliano Souto Moreira da Silva - SMED - EMEF N Sr do Carmo
 Julio Flores - SME - EMEM Emílio Meyer
 Leandro Jesus Basegio - SMED - EMEF VER. Carlos Pessoa de Brum
 Mara Regina Tarouco Moreira - SMED - aposentada
 Maria Elvira Benites Velloso - SMED - aposentada
 Maria Gabriela Pires de Souza - CORES SMED - EMEF Saint Hilaire/Guerreiro Lima
 Maria Herminia Ribeiro - CORES SMED - EMEF Gabriel Obino/Rincão
 Maria Lucia Sttappazon (Tita) - SMED - aposentada
 Marisa de Fátima D'Avila Barros - SMED - EMEF São Pedro
 Marlize Andrejeu - SMED - EMEF Pres. Vargas
 Neiva Mendes - SMED - aposentada
 Pedro Fernando Duarte de Oliveira - CORES SMED - EMEF Vila Lobos
 Rita Viero - SMED - EMEF Saint'Hilaire
 Rosa Maria de Souza Poloni - SMED - aposentada
 Roselena Colombo - SMED - EMEF Alberto Pasqualine - Direção ATEMPA
 Sonia Ribas Soares - CORES SMED - EMEF Lidovino Fanton
 Suzana Maria Reckziegel - SMED - aposentada
 Tania Maria Basegio - SMED - aposentada
 Larissa Behle - SMED - EMEF Hildo Meneght
 Renata Isoí Moraes dos Santos - SMED - EMEI Érico Veríssimo
 Fabrício da Silva Caetano - SMED - EMEF N Sr do Carmo/São Pedro
 Cesar Schunk - DMAE
 Antonio Carlos Basegio - FASC
 Marco Pedroso Alvarenga - SMF

José Odinei Geib – SME

Deborah Carvalho Xavier - SMS - Direção SIMPA

Cláudio Rigo - SMS – Direção CGVS/ASSMS

Ana Rita Freitas da Silva - SMS - UBS Camaquã - Direção SIMPA

Cláudia Rejane Santos da Silva - SMS - UBS Panorama

Lilian Denise Dornela Bittencourt - SMS - UBS Nonoai

Claudete Liane Terra Soares - SMS - UBS Beco do Adelar/Belém Novo

Simone Vieira da Silva - SMS - HMIPV

Fabiana Sanguine - SMS - HMIPV

André Angelo Behle - SMS - IAPI - Direção ASSMS

Helena Moreno Velazquez - SMED EMEF São Pedro

Sonia Zamboni - SMED - EMEF São Pedro